

Governo de Goiás pede a federalização do BEG

339

Arquivo

O governo de Goiás enviou ontem à Assembléia Legislativa projeto de lei propondo a federalização do Banco do Estado de Goiás (BEG). Isso significa que a instituição estadual será transferida à União para posterior privatização, num processo idêntico ao que foi feito no caso do Banespa. De acordo com nota divulgada pelo Banco Central, a opção pela federalização não significa interrupção nas atividades do banco que continuará funcionando normalmente.

A opção pela privatização do BEG foi feita pelo governador licenciado e recém-eleito senador, Maguito Vilela (PMDB), em julho último. Com a conivência do Banco Central, no entanto, a decisão do governo goiano foi mantida em sigilo e divulgada somente ontem, dois dias depois do segundo turno das eleições. Na época, o presidente do banco, Valmir Martins de Lima, negou que o governo goiano tivesse aderido ao Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes).

De acordo com regras impostas pelo BC, o contrato para a federalização deverá ser assinado até o próximo dia 15. Com a



MAGUITO: opção pela venda

demora no processo, a privatização do BEG deverá ocorrer na administração do governador eleito Marconi Perillo (PSDB).

Dos seis bancos estaduais que não tinham aderido ao Proes até julho último, apenas o Ceará confirmou, publicamente, sua inclusão no programa. Sabe-se que o Amazonas também assinou a carta de intenções com o BC. Como não optantes do Proes permanecem os bancos da Paraíba, Piauí e Distrito Federal.